

# Desigualdade cresce no Brasil com pandemia

A desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado. Pesquisa da FGV Social uniu a base de dados do Imposto de Renda à Pnad Contínua. **Negócios 17**



A desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado

# Pandemia acentuou desigualdade no Brasil, aponta estudo da FGV

Uma perspectiva de melhoria está no pagamento do novo Bolsa Família

Cecília Epifânio

A desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado. A constatação veio com uma pesquisa da FGV Social, que uniu a base de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) à da Pnad Contínua, que foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa apontou que o índice de Gini chegou a 0,7068 em 2020. O valor é superior ao de 0,6013 quando calculado apenas a Pnad Contínua. Cada 0,03 ponto significa uma grande mudança da desigualdade.

“A desigualdade, quando combina dados do imposto de renda com as pesquisas domiciliares, se apresenta bem mais alta, e a mudança dela na pandemia não foi de queda como se acreditava, mas de um pequeno aumento”, explicou Marcelo Neri, diretor da FGV Social, em entrevista à Agência Brasil.

De acordo com o professor, a renda dos mais ricos revelada no imposto de renda é mais alta do que é captado pela Pnad. “Se a pessoa declara imposto de renda, declara o que ela tem, se não paga imposto à toa, o grupo do meio, a classe média, não teve o auxílio e não tinha renda do capital para es-



tabilizar o choque adverso”, disse. Marcelo ainda acrescentou que a classe média teve ainda mais efeitos com as perdas de emprego.

Segundo o cálculo Gini, quanto mais perto de 1 o indicador está, maior é a desigualdade. A pandemia foi responsável pela influência na desigualdade. Diferente do que era pensado, mesmo com o Auxílio Emergencial, a desigualdade brasileira não recuou com a pandemia. Conforme a meto-

dologia do Gini, o patamar teria passado de 0,6117 para 0,6013. No entanto, com a combinação das bases, o indicador vai de 0,7066 para 0,7068.

Marcelo Neri também destaca que as perdas dos mais ricos (os 1%) foi de 1,5%, nível menor do que a metade da classe média, que ficou em 4,2%, se tornando a grande perdedora da pandemia.

“Embora a renda dos mais pobres tenha sido protegida pelo Auxílio Emergencial, a

renda da classe média teve uma queda quase três vezes maior do que a do topo da distribuição. Foi uma queda de 4,2% para a classe média e menos de 1,2% para o topo da distribuição. A fotografia da desigualdade e o filme da pandemia são piores do que imaginavam. Essa é uma imagem mais macro da pesquisa”, explicou.

## Unidade da federação

As rendas mais altas do imposto de renda por habitante no Brasil foram notadas em Brasília (R\$ 3.148), São Paulo (R\$ 2.063) e Rio de Janeiro (R\$ 1.754). No ranking das capitais, Florianópolis ficou na frente (R\$ 4.215), logo em seguida veio Porto Alegre (R\$ 3.775) e Vitória (R\$ 3.736). Os municípios de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte (R\$ 8.897); São Caetano, Grande São Paulo (R\$ 4.698) e Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (R\$ 4.192).

A menor declaração de patrimônio por habitante foi registrada no Maranhão (R\$ 6,3 mil). Ao contrário, a maior é a do Distrito Federal (R\$ 95 mil), onde há muita concentração de riqueza, liderada pelo Lago Sul (R\$ 1,4 milhão). A renda apresentada no IRPF por habi-

tante no Lago Sul é de R\$ 23.241. O valor, segundo a pesquisa, é três vezes maior do que o alcançado em Nova Lima, o município mais rico do Brasil.

O estudo mapeia fluxos de renda e estoques de ativos dos mais ricos brasileiros a partir do último IRPF disponível. Para o professor Neri, a avaliação é útil para formulação de reformas nas políticas de impostos sobre a renda e sobre o patrimônio. “A gente lança informações que são úteis para desenho de reforma de imposto de renda, taxaço sobre patrimônio, sobre herança”, disse.

## Futuro

Neri também avaliou que a perspectiva de melhoria na desigualdade é o pagamento de um novo Bolsa Família, que é importante para os mais pobres, com um orçamento maior este ano, mas para os anos seguintes ainda não está definido.

Ainda na redução de impactos da desigualdade, o professor citou a volta do Minha Casa, Minha Vida, reincluindo a população da faixa 1, que tem rendimentos menores. “Tem essa agenda social na base que é importante e determinante da desigualdade”, disse. (Especial para O Hoje)

